

Oposição prevê fase de transição

As recentes medidas tomadas pelo governo em complementação ao acordo com o FMI avançam timidamente nas propostas de curto prazo apresentadas no documento oposicionista. A diferença maior está em que o governo pensa em tais medidas para ajustar a economia, enquanto os economistas da oposição vêem nas suas propostas mais amplas formas de vencer uma fase de transição, preparando o país para a retomada do crescimento, o que entende não pode ser feito abruptamente, pois levaria ao agravamento da crise econômica.

Na concepção oposicionista há uma fase posterior à transição, quando se desencadearia uma profunda mudança estrutural da economia, por meio da reordenação do sistema produtivo em outras prioridades, buscando maior independência externa e justiça social. Novas diretrizes seriam dadas às políticas industrial, mineral, energética e de transportes, de desenvolvimento científico e tecnológico, agrícola e reforma agrária, além de reformas financeira e fiscal para garantir obtenção de recursos. Tudo isso dentro de um projeto de plenitude democrática, com ampla participação social, e as seguintes medidas econômicas a curto prazo para viabilizar a transição:

Queda da taxa de juros — A proposta é desvincular os juros internos das condições de refinanciamento da dívida externa. Só assim o sistema produtivo poderá ser reativado. Atualmente os bancos brasileiros tomam como base o "custo" dos recursos externos para o cálculo das suas taxas de empréstimos internos. O resultado são taxas de juros elevadíssimas para os empréstimos internos.

O documento oposicionista lembra que os empréstimos externos não são a única fonte de recursos dos bancos. Valem-se os bancos também de uma porcentagem dos depósitos à vista, que nada lhes custa, e do qual tiram proveito porque sobre eles não pagam correção monetária. Há uma terceira modalidade que são os depósitos a prazo, sobre os quais pagam remuneração abaixo da inflação, e obtêm assim um ganho real. Isto explica os altos lucros dos banqueiros: cobram a mesma taxa de juros para qualquer empréstimo, não importando qual seja a fonte dos recursos que oferecem a seus clientes.

As soluções apontadas são três, podendo se adotar qualquer uma delas como alternativa. Primeira: acabar com os limites à expansão creditícia interna e fixar os juros internos pela média das captações dos bancos e não só com base nos juros das captações no exterior. Segunda: fixação de uma taxa especial de câmbio só para operações financeiras, controlada pelo Banco Central, permitindo assim a queda do juro. Terceira: fixação de uma taxa única de câmbio para a tomada de moeda estrangeira, sendo que o que for cobrado acima disso o governo subsidiaria.

Redução da Correção Monetária — Atualmente a correção monetária acompanha a taxa da inflação, criando forte resistência para sua queda. Isto seria feito de forma firme mas

progressiva para não descapitalizar os fundos sociais e degradar os saldos das cadernetas de poupança, prejudicando milhões de pessoas ao mesmo tempo em que provoca uma alta inflacionária. Para resolver este conflito a proposta é a aplicação de redutores diferenciados para a correção monetária, tirando fora da jogada títulos e operações financeiras de curto e curtíssimo prazo aos quais hoje é aplicada a correção. Para essas modalidades haveria correção monetária gradativamente mais baixa, enquanto a das cadernetas de poupança familiares das classes assalariadas e para os títulos e aplicações que fosse interessante incentivar a correção monetária acompanharia a taxa da inflação.

A conjugação do rebaixamento da taxa de juros e a redução gradativa da correção monetária permitiria a expansão do crédito e a retomada do crescimento. Isto poderia reacelerar a inflação. E para evitá-la se propõe a reativação do CIP/SEAP (Comissão Interministerial de Preços e Secretaria Especial de Abastecimento e Preços); a sanção creditícia, com critérios de seletividade que punam os especuladores; e parada dos reajustes bruscos dos preços e tarifas do setor público, admitindo-se apenas reajustes graduais.

Medidas fiscais e financeiras — Entendendo a reforma tributária como medida de médio prazo, o documento oposicionista propõe para o fortalecimento a curto prazo das finanças públicas com medidas de emergência. Uma delas é evitar sobretaxas às fontes atuais da receita, buscando ampliar a arrecadação com os tributos. Seria possível através do aumento do imposto de renda de operações financeiras de pessoas físicas e jurídicas e dos lucros extraordinários dos bancos. Paralelamente, se suprimiria incentivos fiscais, menos os regionais destinados ao Nordeste e Amazônia.

Outra medida proposta é a mudança dos prazos da dívida pública interna, atualmente girando a curtíssimo prazo. Para isso, além da queda dos juros e da redução da correção monetária, seria preciso também a diferenciação da remuneração dos papéis públicos, em favor das ORTNs, preparando o lançamento de títulos com vencimento a longo prazo. Isto desafogaria o governo com o pagamento dessa dívida da mesma forma que ocorre agora com a dívida externa e sua renegociação. Os papéis a longo prazo devem reforçar o BNDES, revertendo o dinheiro para aplicações sociais. O Banco do Brasil deve regular decisivamente as condições de crédito geral.

Política compensatória de emprego — Para compensar o desemprego em massa de pessoal não qualificado, reativar a construção civil e novas encomendas para o setor metal-mecânico e de bens duráveis. Maiores gastos em saúde e educação em áreas onde a incidência de desemprego for maior, inclusive rurais. A retomada do crescimento permitiria propor às empresas, de forma viável, uma estabilidade de emergência para evitar demissões em massa.

Política de investimento público — Atualmente o governo quando tem de fazer cortes das dotações orçamentárias o faz

linearmente, por exemplo, 10 por cento de todos investimentos em grandes projetos. O documento oposicionista entende que esses cortes lineares são especialmente danosos para o setor de bens de capital e para obtenção de financiamentos externos oficiais, que são os melhores para essas grandes obras pois têm prazos mais longos e juros mais baixos.

A proposta é a recuperação programada do investimento público, feita de forma seletiva e baseada em novas prioridades, com a desaceleração de projetos equivocados, como o programa nuclear. Os critérios para reorientar os investimentos públicos são o cálculo criterioso da necessidade da obra e a substituição de importações (buscando o fornecimento de equipamentos nacionais para essas obras). Deve-se conciliar esses projetos ainda a necessidade de controlar as importações. A Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) deixaria de fazer apenas a contabilidade mas coordenaria todos os planos de investimento público.

Política de oferta a curto prazo — Além do crescimento do setor de bens de capital — bens duráveis — metal-mecânica, proposto acima, propõe-se também o incentivo à produção de bens não duráveis do consumo popular (alimento, vestuário, calçados e outros). Para estes se prevê apoio creditício e rigoroso acompanhamento das margens de rentabilidade que apresentam para evitar alta no custo de vida.

Quanto aos bens duráveis se propõe juros baixos no crédito para que possam ser comprados pelas classes de mais baixa renda. O abastecimento de alimentos seria assegurado com a formação de grandes estoques, propiciados por preços mínimos adequados, crédito e subsídios diretos.

Política de comércio exterior e balanço de pagamentos (dívida externa) — Este capítulo antecipa quase que em suas linhas gerais o que o governo acabou fazendo, procurando renegociar a dívida externa, embora possa se dizer que não está havendo uma renegociação pois os prazos e juros da dívida continuam os mesmos. A oposição não chega à moratória mas propõe a renegociação de fato de forma a propiciar a retomada do crescimento. Até mesmo o envolvimento dos governos na renegociação da dívida — expresso no discurso do presidente Figueiredo na ONU e na visita do presidente Reagan ao Brasil — foi previsto no documento oposicionista sob o título de "Envolvimento dos Estados Nacionais".

Como medidas fundamentais para o controle do déficit externo recomenda-se: 1) o controle direto e rigoroso das importações de modo a não provocar a ociosidade das indústrias nacionais e a estimular a substituição de importações; 2) mini-reajustes cambiais para aumentar exportações e adoção de uma taxa subvencionada de câmbio em moeda estrangeira; 3) medidas que diminuam rapidamente os déficits de serviços (frete, seguros, turismo, assistência técnica); 4) desvincular os juros internos dos externos; 5) plano de emergência para o racionamento de combustíveis; e 6) renegociação da dívida externa.